

ANEXO I - CATEGORIAS

1. RECURSOS DO EDITAL

1.1. O presente Edital possui valor total de **R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)**, serão disponibilizadas as seguintes premiações:

- I. **CATEGORIA I:** Até 3 (três) prêmios para o segmento de CULTURA POPULAR E DIVERSIDADE, no montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por premiação de AGENTE CULTURAL;
- II. **CATEGORIA II:** Até 10 (dez) prêmios para o segmento de FOTOGRAFIA, no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por premiação de PRODUTO CULTURAL AUTORAL;
- III. **CATEGORIA III:** Até 10 (dez) prêmios para o segmento de MÚSICA AUTORAL, no montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por premiação de PRODUTO CULTURAL AUTORAL.

2. DESCRIÇÕES DAS CATEGORIAS

2.1. Constitui objeto deste Edital a premiação de **AGENTES CULTURAIS** no segmento de **CULTURA POPULAR E DIVERSIDADE**.

2.1.1. A premiação visa reconhecer e valorizar a trajetória de artistas e grupos que tenham se destacado na promoção e preservação das tradições de cultura popular e diversidades do município de Santa Cruz do Rio Pardo. Documentos exigidos: fotos, reportagens, vídeos, contratos de apresentações e/ou declarações de instituições culturais.

2.2. Constitui objeto deste Edital a premiação de **PRODUTOS E INICIATIVAS CULTURAIS** nos segmentos de **FOTOGRAFIA E MÚSICA AUTORAL**.

2.2.1. A categoria de **FOTOGRAFIA AUTORAL** premiará produtos culturais que documentem e expressem a cultura e as tradições de Santa Cruz do Rio Pardo, valorizando o olhar artístico sobre o patrimônio imaterial e as manifestações culturais locais. As fotografias submetidas para avaliação devem apresentar alta qualidade técnica e conceitual, sendo capazes de narrar visualmente aspectos importantes da identidade cultural do município. As fotografias premiadas serão avaliadas pela sua originalidade, qualidade estética, impacto visual e narrativa cultural. Documentos exigidos: Os proponentes devem submeter a(s) fotografia(s), acompanhadas de uma breve justificativa que explique o contexto e o impacto cultural das imagens.

2.2.2. A categoria de **MÚSICA AUTORAL** premiará produtos culturais que sejam obras originais e inéditas, refletindo a criatividade e inovação no cenário musical local. O objetivo é incentivar a produção autoral e a disseminação de músicas que dialoguem com a cultura de Santa Cruz do Rio Pardo, destacando a diversidade e a qualidade musical. As músicas premiadas serão avaliadas pela sua originalidade, composição, letras e potencial de impacto no público. Documentos exigidos: Os proponentes devem apresentar a(s) letra/composição escrita ou gravações e/ou demos das músicas autorais, acompanhadas de uma justificativa sobre a relevância cultural da obra.

3. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

Categories	Vagas ampla concorrência	Cotas pessoas negras	Cotas pessoas indígenas	Cotas PCD	Total de vagas	Valor do prêmio (\$)	Valor total (\$)
CULTURA POPULAR E DIVERSIDADES	2	1	0	0	3	3.000,00	9.000,00
FOTOGRAFIA AUTORAL	5	2	2	1	10	2.000,00	20.000,00
MÚSICA AUTORAL	5	3	1	1	10	2.000,00	20.000,00

3.1. A política de cotas tem como objeto garantir a reserva de percentual mínimo de vagas a grupos específicos, sendo aplicáveis aos procedimentos públicos de seleção de que trata a Lei nº14.399, de 2022, o disposto no art. 6º, INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 10, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023:

Art. 6º Ficam garantidas cotas em todos os editais de fomento realizados com recursos da Lei nº 14.399, de 2022, de no mínimo:

I - vinte e cinco por cento das vagas para pessoas negras (pretas ou pardas);II

- dez por cento das vagas para pessoas indígenas; e

III - cinco por cento para pessoas com deficiência.

§ 1º O percentual de que trata este artigo pode ser ampliado considerando legislações locais mais benéficas ao público-alvo da ação afirmativa e o quantitativo de pessoas negras, indígenas, e pessoas com deficiência na região.

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

§ 3º Em caso de editais divididos em categorias, devem ser estabelecidas cotas em todas elas, ressalvados os casos de impossibilidade fática, no qual percentual mínimo de reserva será aplicado ao total das vagas do edital.

§ 4º Nos casos excepcionais em que for estabelecido somente uma vaga total por categoria, o ente pode optar por destiná-la à ampla concorrência ou às cotas, garantindo que ao menos vinte e cinco por cento do total das vagas do Edital sejam destinadas a pessoas negras, dez por cento a pessoas indígenas e cinco por cento a pessoas com deficiência.

§ 5º Nos casos de editais específicos de que trata o art. 14, o estabelecimento de cotas para pessoas negras e indígenas pode ser dispensado, caso o edital seja integralmente direcionado a proponentes de grupos étnico-raciais público-alvo de ações afirmativas.

§ 6º As cotas previstas neste artigo podem ser implementadas juntamente com:

I - cotas para outros grupos sociais e;

II - outras ações afirmativas, tais como editais específicos e critérios diferenciados de pontuação.

3.2. Os entes federativos devem instituir mecanismos que assegurem a desconcentração territorial e a regionalização dos recursos destinados ao fomento cultural. Para garantir a efetividade dessas ações, observa-se o art. 15, INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 10, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023:

Art. 15. Os entes deverão instituir mecanismos de desconcentração territorial e regionalização dos recursos, inclusive com vistas à implementação do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 6º, II, da PNAB, em ações de incentivo direto a programas, a projetos e a ações de democratização do acesso à fruição e à produção artística e cultural em áreas periféricas, urbanas e rurais, e em territórios e regiões de maior vulnerabilidade econômica ou social, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais, quais sejam:

I - regiões periféricas;

II - regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH;

III - regiões onde são localizados conjuntos e empreendimentos habitacionais, e

programas habitacionais de interesse social, promovidos por programas do governo federal ou local;

IV - assentamentos e acampamentos;

V - regiões com menor presença de espaços e equipamentos culturais públicos;

VI - regiões com menor histórico de acesso aos recursos da política pública de cultura;

VII - zonas especiais de interesse social; VIII

- áreas atingidas por desastres naturais; IX -

territórios quilombolas;

X - territórios indígenas;

XI - territórios rurais;

XII - espaços comunitários de convivência, acolhimento e alimentação; e

XIII - demais regiões que sejam habitadas por pessoas em situação de vulnerabilidade econômica ou social.

§ 1º As ações afirmativas de que tratam o caput podem ser empregadas quando os projetos são realizados nos territórios e regiões ou quando são propostos por agentes culturais nelas residentes.

§ 2º Para fins de aferição do percentual estabelecido no art. 6º, II, da PNAB, serão consideradas apenas as ações e projetos realizados nos territórios e regiões de que tratam este artigo.